



PARECER JURÍDICO

EMENTA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES PÚBLICAS. TOMADA DE PREÇOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LIMPEZA URBANA. COLETA, VARRIÇÃO, TRANSPORTE DO LIXO. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. ADMITIDAS E CLASSIFICADAS AS PROPOSTAS. RECURSO CONTRA A COMPOSIÇÃO DAS PLANILHAS. HIPÓTESE DE CORREÇÃO DE ERROS MATERIAIS OU OMISSÕES. MANTIDA A PROPOSTA QUANTO AO PREÇO. POSSIBILIDADE. RECOMENDADO.

1. Trata-se do **processo licitatório 82/2022 – Tomada de Preços 05/2022**, seleção de empresas e obtenção de propostas para contratação de prestação de serviços de limpeza pública urbana, incluindo varrição e coleta e transporte dos resíduos.

Fase interna regular, com a solicitação do setor de origem, informado haver a disponibilidade orçamentária e financeira, autorização para o desencadeamento do procedimento licitatório, edital regularmente preparado, com termo de referência, aprovação do edital e da minuta de contrato, publicação em órgão da imprensa oficial, conforme a regulamentação da espécie, observância do prazo prescrito à modalidade.

2. Da fase de habilitação, realizada em 30 de março 2022, a que compareceram 6 empresas interessadas nos serviços, sobraram 4 das interessadas para a abertura das propostas, sessão realizada em 28 de novembro 2022, que se classificaram com segue:

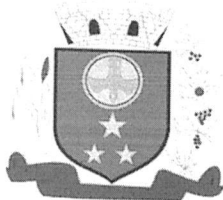
Em primeiro a **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, inscrição CNPJ sob número 44.618.485/0001-57, que apresentou proposta pelo preço de R\$1.339.288,92;

Em segundo a empresa **PORTES & TRANIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob número 17.273.742/0001-93, que apresentou proposta de serviço por preço de R\$1.522.689,00;

Em terceiro a empresa **FERNANDO A. DA SILVA**, inscrição no CNPJ número 71.162.150/0001-40, que apresentou proposta de serviço por preço de R\$1.754.735,52;

Em quarto a empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA ME**, inscrição CNPJ número 23.952.501/0001-73, que apresentou proposta de serviço por preço de R\$2.045.146,92.

3. Após a sessão, lavrada a Ata de Abertura e Julgamento das propostas, Veio da **PORTES & TRANIM LTDA** Recurso contra a aceitação e classificação da proposta considerada vencedora, por ter apresentado o menor preço, da empresa concorrente a



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA, sob o argumento de que a sua planilha de composição dos preços não contempla itens constantes da planilha padrão do certame, e que dessa maneira o seu preço final não corresponderia à realidade dos custos dos serviços, o que importaria na insuficiência dos preços e inexecutabilidade dos serviços.

Veio ainda da última colocada, a empresa PCK CONSTRUTORA LTDA ME, Recurso contra a aceitação de todas as demais propostas classificadas acima da sua, por terem apresentado preços globais menores e portanto classificadas por sua ordem, sob o mesmo argumento de que as suas planilhas de composição dos preços não contemplam itens constantes da planilha padrão do edital ou contém omissões e falhas, e que dessa maneira o seu preço final não corresponderia à realidade dos custos dos serviços, o que importaria na insuficiência dos preços e inexecutabilidade dos serviços.

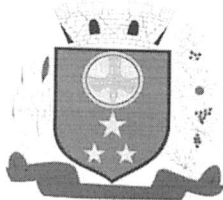
Foram notificadas as empresas classificadas do primeiro ao terceiro lugares, que foram atacadas em suas planilhas de composição de preços, as quais apresentaram as suas Contrarrazões justificando as suas planilhas e sustentando o preço final das suas propostas, enquanto suficientes para a realização dos serviços do presente licitatório.

4. Diligente, a Comissão de Licitações providenciou uma análise técnica das planilhas contidas nas propostas, para balizamento do seu convencimento a respeito da controvérsia levantada no certame, que foi realizada pelo profissional de contabilidade VANDEIR GUERRA DE OLIVEIRA, inscrição no CRC/MG número 62.782, o qual analisou as planilhas não somente das três empresas atacadas, como também a planilha da última classificada, encontrando falhas em todas as planilhas constantes dos autos.

No entanto, como já exposto, as empresas Recorridas ofertaram Contrarrazões em defesa de suas propostas, justificando as falhas encontradas e sustentando os preços finais das suas propostas, atestando a suficiência dos preços ofertados e reafirmando a executabilidade das propostas e sua capacidade de realização dos serviços especificados, de modo que cabe considerar a situação da primeira classificada, e somente no caso de esta de fato vier a ser afastada, considerar as demais propostas, por ordem das mesmas.

Quanto às planilhas da proposta da Ecomig Gestão de Resíduos Sólidos Ltda, a análise técnica detectou inconsistência entre custo total e custos quantitativos unitários, mas que o cronograma de execução atende aos prazos constantes do edital, estando portanto em compatibilidade com as expectativas da Administração para os serviços. No entanto, falta a planilha de discriminação dos encargos trabalhistas e sociais zerou os custos com INSS previdência social e não apresentou a planilha de encargos do engenheiro responsável pelos serviços, tendo também apresentado um custo total com percentual de encargos menor que o previsto na tabela de referência ofertada no edital.

Em sua defesa, a empresa alegou que é empresa enquadrada na Lei Compl. 123 de 2006 – regente para microempresas e empresas de pequeno porte e que é optante pelo Simples Nacional, nessa qualidade estando dispensado das contribuições sociais.



REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

No entanto, indo à Lei Complementar 123/2006, tem-se em seu art. 13 e seus incisos a relação dos recolhimentos obrigatórios mensais das empresas optantes pelo Simples, e estando entre esses recolhimentos a Contribuição Previdenciária Patronal (INSS), com disposição diversa sobre o recolhimento no §5º do art. 18 do referido diploma legal, mas que trata de forma e ocasião do recolhimento, não de dispensa da obrigação legal.

Ademais, o §3º do art. 13 da Lei Complementar 123 dispensou as empresas do enquadramento de ME e EPP do recolhimento das demais contribuições não incluídas no Simples Nacional, portanto não dispensou dos recolhimentos contidos no caput e incisos do art. 13 que compõem as obrigações do Simples, estando o INSS no inc. VI.

5. No entanto, em situações como tais, falhas ou omissões nas planilhas, desde que não comprometam o preço global final ofertado, podem ser sanadas por diligência de retificação das planilhas, em sendo mantido e sustentado o preço final da proposta.

É esse o teor expresso no art. 29/A em seu §2º, da Instrução Normativa 3/2009 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (do Governo Federal), pelo qual:

*§ 2º Erros no preenchimento da Planilha **não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta**, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. (grifamos em destaque)*

É esse também o entendimento do Tribunal de Contas da União em diversos julgados, como no TC 027.870/2014-6, no TC-018.655/2014-9 e TC-006.410/2014-6, em que nesse último o eg. Tribunal de Contas adota o teor da Instrução Normativa 3 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em comento, para consagrar que:

“Art. 29-A. A análise de exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. (...)

§ 2º Erros no preenchimento da Planilha **não são motivo suficiente** para a desclassificação da proposta, **quando a Planilha puder ser ajustada** sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com os custos da contratação”. (grifamos em destaque)

6. Enfim, fica evidenciado que meros erros ou falhas no preenchimento das planilhas de composição de preços não comprometem a proposta, desde que possam ser ajustadas e seja mantida a proposta ofertada para a realização dos serviços em tela.

Resta, pelo visto, também plenamente evidenciada a possibilidade de realização de diligência, nos termos do art. 43, §3º da Lei de Licitações para o ajuste da planilha, sendo mantido o preço ofertado na proposta, para a suficiente realização dos serviços.



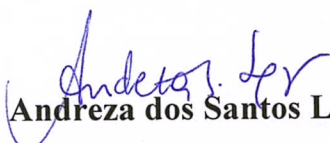
REFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

7. Assim, conclui-se por recomendação de diligência, nos termos do art. 43, §3º da Lei de Licitações, para que a empresa vencedora retifique e ajuste a sua planilha, de conformidade com as exigências legais, mantendo-se a proposta em seu preço final.

É o nosso entendimento, com a recomendação da diligência como exposto.

Prefeitura Municipal de DIVINO, 5 de **Janeiro** de 2023.


Andreza dos Santos Logão

OAB/MG 169.840